

Caminho do ‘desenvolvimento sustentável’

15-07-02

[Falta de conhecimento inibe surgimento de índices de desenvolvimento que incluam dimensão ambiental]

[Brasil lança dois documentos relevantes para aprofundar o debate]

Será verdade que a expressão “desenvolvimento sustentável” transformou-se em chavão desprovido de conteúdo? Muita gente séria não hesita em dizer que sim. Principalmente os que diariamente constataam que ela esbarra em difíceis escolhas entre conservação do meio ambiente e crescimento econômico. Claro, há casos em que esses dois objetivos podem ser conciliados. Mas eles são muito raros. Quase sempre há colisão frontal entre as ações exigidas pelas políticas ambientais e as econômicas. A diretora de um banco para assuntos de meio ambiente Kristina Georgieva fez a seguinte declaração à última edição da revista *The Economist* (9/7): “Nunca me deparei com uma situação em que todo mundo ganhasse. Sempre há aqueles, geralmente um grupo de elite, que saem perdendo. E aprendi, nos últimos dez anos, que esses perdedores fazem de tudo para que essas políticas tecnicamente elegantes não cheguem muito longe.” Nada mais natural, portanto, do que a decorrente questão proposta pela revista: “Não seria o caso, então, de abandonar totalmente o conceito de desenvolvimento sustentável?” E as respostas dadas por todos os demais entrevistados foram na direção diametralmente oposta: ele é tão útil que torna irrelevante qualquer restrição baseada em sua nebulosidade ou em suas ambigüidades.

A rigor, esse tipo de diálogo só demonstra que “desenvolvimento sustentável” não é um conceito. Tanto quanto “justiça social” também não é um conceito, e sim uma forte expressão utópica que veio para ficar. Ambas talvez só se tornem obsoletas se um dia o planeta puder se transformar numa espécie de Jardim do Éden. Enquanto não for possível que isso aconteça, a humanidade certamente continuará a querer liberdade, igualdade, fraternidade e, antes de tudo, sua própria sobrevivência. Não há risco, portanto, de que essa expressão, tão penosamente construída durante a segunda metade do século passado, venha a ser considerada descartável ou fora de moda. E para entender a sua real importância é preciso dar um mergulho, mesmo que rápido, na história das idéias econômicas e sociais.

O substantivo desenvolvimento nem sequer irrompeu na esfera pública até a 2ª Guerra Mundial. A noção mais utilizada em seu lugar era a de “progresso material”. Foi o processo de descolonização e a ambição de ajudar a construção dos novos países independentes que levou a então recém criada Organização das Nações Unidas a assumir o desenvolvimento como o principal objetivo de seus integrantes. Todavia, por muito tempo o desenvolvimento esteve muito identificado apenas ao crescimento econômico. Principalmente porque não havia qualquer indicador além do PIB per capita para que ele pudesse ser medido. Foram pelo menos três decênios de intensos debates sobre a necessidade de se entender o crescimento econômico como um meio para atingir o desenvolvimento, e não como sinônimos. E foi nesse contexto que surgiu a tirada da economista Joan Robinson, saudosa professora de Cambridge: “O desenvolvimento é como o elefante, muito difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer.”

A equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico só poderia sair de cena quando surgisse um indicador alternativo ao PIB per capita. E foi por isso que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) organizou um imenso esforço intelectual coletivo para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina a renda per capita com os melhores indicadores de saúde e de educação. Entretanto, por uma incrível ironia história, o lançamento desse índice em 1990 praticamente

coincidiu com a legitimação da idéia de que o desenvolvimento de hoje não deve impedir que as gerações futuras também possam alcançá-lo. Ou seja, de que é absolutamente necessário que ele seja durável. Adotada por alguns círculos de vanguarda em meados da década de 1980, a expressão “desenvolvimento sustentável” acabou por ser definitivamente consagrada na Rio-92, complicando ainda mais um debate que para muitos deveria ter terminado com o surgimento do IDH.

Da mesma forma que a falta de indicadores estatísticos sobre as dimensões sociais do desenvolvimento alimentou o debate público sobre seu real significado, é agora a falta de indicadores estatísticos sobre as dimensões ambientais do desenvolvimento que engorda a confusão intelectual sobre o dito “conceito” de desenvolvimento sustentável. Pior, a vontade de evitar o problema, em vez de enfrentá-lo, faz muita gente procurar atalhos nas mais variadas flexões de vernáculo em torno da chamada “sustentabilidade”. Insatisfeitos com a nebulosa e ambígua noção consagrada na Rio+92, muitos são levados a supor que o problema possa ser resolvido pela adoção de intrincadas peripécias verbais do tipo “sustentabilidade progressiva e ampliada”. Provavelmente porque acreditam que tais contorções retóricas ajudarão a superar a atual falta de conhecimento objetivo sobre os ecossistemas que, ao final das contas, é o que impede o surgimento de um índice de desenvolvimento que também inclua a dimensão ambiental, e não apenas as dimensões econômicas e sociais, como é o caso do IDH.

Felizmente o Brasil já dispõe de dois documentos da maior relevância para o aprofundamento desse debate. O primeiro é o volume “Indicadores de Sustentabilidade”, divulgado pelo IBGE no final de Junho, no âmbito do Encontro Preparatório da Rio+10, muito bem organizado e conduzido, aliás, pelo líder ambientalista Fábio Feldmann, com o resolutivo apoio do Itamaraty. Para completar essa iniciativa de inestimável alcance histórico - que multiplicou as responsabilidades da diplomacia brasileira sobre os resultados da conferência de Johannesburgo – será lançada amanhã pelo Presidente da República a “Agenda 21 Brasileira”, com 21 propostas que precisarão ser consideradas prioritárias caso se queira encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável. São dois documentos imprescindíveis para quem pretenda dar resposta à perspicaz manchete da revista *The Economist*: “O que devemos ao futuro?”.

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Home page: www.econ.fea.usp.br/zeeli/